

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Decreto de apoio ao setor elétrico ainda traz riscos às distribuidoras	2
Título: Câmara altera política de segurança de barragens	4
Título: Empregado da Usiminas teme cortes em Cubatão	6
Título: Destaques	7
Título: Atvos continua com o destino incerto	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Rever ativos foi ‘banho de sangue’, diz Petrobrás.....	9
Título: » No telhado	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Ministros pedem a Bolsonaro apoio do centrão a privatização em troca de cargo .	11
Título: Decreto adia até 2021 reajuste de energia; cliente residencial não terá aumento..	14
VEÍCULO: O Globo.....	15
Título: Socorro ao setor elétrico	15
Título: A poluição continua caindo.....	18
Título: leilões de transporte estão mantidos	18
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Socorro chega ao setor elétrico	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/05/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Ivan Ryngelblum e Allan Ravagnani — Do Rio e de São Paulo****Título: Decreto de apoio ao setor elétrico ainda traz riscos às distribuidoras**

O decreto publicado esta semana e que traz diretrizes para o empréstimo de socorro ao setor elétrico ainda gera riscos para o segmento de distribuição. A expectativa é que parte das incertezas sejam eliminadas ainda nesta semana por uma regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No entanto, o **Valor** apurou que, enquanto não houver uma definição do montante total que será disponibilizado ao setor e qual tratamento será dado para o problema econômico das distribuidoras, as companhias ainda terão dúvidas se vão aderir à medida.

Assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e os ministros Paulo Guedes (Economia) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, o decreto confirmou as linhas gerais que haviam sido discutidas previamente com o mercado. O texto determina que, para ter acesso ao empréstimo - chamado de "Conta Covid" -, a distribuidora terá que se comprometer a não reduzir seus contratos de compra de energia; limitar o pagamento de dividendos ao mínimo legal em caso de inadimplimento intrassetorial; e renunciar ao direito de discussão em âmbito judicial ou arbitral em relação a esses temas anteriores.

De acordo com o decreto, o empréstimo será tomado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com um sindicato de bancos organizado pelo BNDES. Os recursos serão injetados no caixa das distribuidoras que aderirem à medida para manter o fluxo de pagamentos do setor. E o empréstimo será pago pelo consumidor de energia via tarifa.

O maior problema para as distribuidoras, porém, ainda é saber de quanto será o empréstimo. Até ontem esse valor não havia sido definido pelo governo. Nos bastidores, comenta-se que a cifra será menor que os R\$ 17 bilhões imaginados inicialmente. Na semana passada, a secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, afirmou que o valor não será menor que R\$ 10 bilhões.

Para uma fonte do setor, é difícil para as distribuidoras, que possuem compromissos financeiros com bancos e rígidas regras de governança, abrirem

mão em caráter irrevogável e irretratável de judicialização futura sem saber de quanto será o valor disponibilizado para o empréstimo.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, é necessário que o total de recursos disponibilizados para o empréstimo seja suficiente para cobrir a redução de mercado das distribuidoras de 18% e o aumento da inadimplência para 10%. “Não há interesse das distribuidoras em ficar inadimplentes na cadeia”, disse.

Na visão do BTG Pactual, o decreto tem pontos positivos para as distribuidoras, mas ainda precisa de mais detalhamento para que o real impacto da medida no setor seja melhor estimado. Na mesma linha, a XP Investimentos entende que o decreto não muda a visão cautelosa da casa de análise com relação ao segmento de distribuição, que deve ser prejudicado por tendências como queda de demanda, aumento de inadimplência e furtos de energia.

Já a Moody's diz que o decreto é fundamental para as empresas do setor. A agência de classificação de riscos calcula que a pandemia vai reduzir em até R\$ 16 bilhões a geração de caixa das 41 distribuidoras do país no segundo trimestre.

Na Aneel, a expectativa é que a diretoria se reúna de forma extraordinária ainda nesta semana para regulamentar pontos definidos no decreto. Sorteada como relatora do processo na agência, a diretora Elisa Bastos tem reunião prevista com o ministro Bento Albuquerque hoje.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o decreto foi bem recebido por ser um avanço, mas há dois pontos ainda incertos, e que ele entende que devem ser regulamentados pela Aneel, que são o condicionamento da renúncia judicial ao montante que de fato será disponibilizado e a definição dos critérios e metodologias para revisão tarifária extraordinária (RTE), se e quando ela tiver que ser feita. Na visão dele, um processo de RTE normal tem duração de meses, o que pode ser insustentável para a distribuidora.

“Se não houver evolução no que está exposto nesse texto [decreto], é possível considerar um cenário em que uma ou outra distribuidoras decidam não aderir”, disse.

O presidente do conselho federal da OAB, Gustavo de Marchi, considerou positivo o fato de o decreto assegurar em artigo a possibilidade de solicitação fundamentada de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em processo a ser avaliado pela Aneel.

Na visão de Ana Karina Souza, sócia de infraestrutura do Machado Meyer, o decreto está bem estruturado, mas ainda sujeito à regulamentação da Aneel. Segundo Raphael Gomes, sócio da área de Energia e Recursos Naturais do escritório Demarest, o decreto afasta a insegurança jurídica e a instabilidade regulatória que rondava os contratos de energia no ambiente regulado.

Livia Amorim, especialista em energia do escritório Souto Correa Advogados, destaca que o apoio é importante para dar sustentabilidade ao setor. “A tarifa de energia elétrica já sofre pressões históricas pela crença de que o consumidor não reage a preço e, com isso foram sendo empilhados custos regressivos diversos na tarifa. No entanto, neste momento, é necessária uma medida para garantir a sustentabilidade financeira do setor. Com isso, o valor do empréstimo tem que ser do tamanho suficiente para garantir a segurança jurídica e o respeito aos contratos, pois como a experiência de 2014 demonstra, faltar energia também custa muito caro”.

Na opinião do advogado especialista em energia André Edelstein, do escritório Edelstein Advogados, o decreto busca reduzir a litigiosidade no setor, devido à previsão de obrigação de renúncia ao direito das distribuidoras de pleitearem a suspensão ou redução dos contratos de compra e venda de energia em razão da diminuição do consumo verificado até dezembro de 2020. Outro ponto que demanda atenção, para ele, é que, de acordo com o decreto, a definição dos valores a serem alocados na “Conta Covid” levará em conta os diferimentos e parcelamentos concedidos na cobrança da demanda contratada dos consumidores de alta tensão, “conforme regulação da Aneel”.

O diferimento dessa cobrança foi tema de discussão ontem pela diretoria da Aneel, que determinou que as distribuidoras promovam a livre negociação com os consumidores de alta tensão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/05/2020

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Câmara altera política de segurança de barragens

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que muda a Política Nacional de Segurança de Barragens e dá até março de 2022 para as empresas com barragens de alteamento a montante, como a que se rompeu em Brumadinho (MG) no ano passado, atuarem para evitar o risco de novos desastres. O texto, aprovado por unanimidade e com apoio de todos os partidos, retorna ao Senado Federal.

Inicialmente, a proposta do Senado previa a “descaracterização” de todas as barragens desse tipo (que são ampliadas com degraus para elevar a altura e aumentar o nível dos rejeitos que cabem no reservatório) dentro do prazo de dois anos, mas o relator do texto na Câmara, deputado Joaquim Passarinho (PSD-AP), deu outras alternativas.

As empresas terão três opções: “descaracterizar” as barragens de alteamento a montante, retirar a população da área de risco ou, se isso for impossível (como no caso de uma cidade no caminho), reforçar a estrutura. “Essas barragens são muito antigas e às vezes nem se sabe mais como era a estrutura no início. Tentar desfazê-las pode aumentar o perigo de rompimento ou, se o risco não for grande, só tirar a população da área”, disse o relator.

Cada barragem precisará apresentar seu plano até março de 2021 para a Agência Nacional de Mineração (ANM) decidir se concorda. O prazo de março de 2022 pode ser ampliado pela agência, caso a empresa justifique o atraso, mas a ANM também poderá requisitar um caução para garantir que haverá dinheiro para arcar com as despesas em caso de rompimento.

A multa máxima por descumprimento foi reduzida pelos deputados. O texto do Senado previa penalidade de até R\$ 20 bilhões, mas, segundo Passarinho, esse valor era irreal. “Não faz sentido um valor tão alto, seria impagável e viraria calote”, disse. A versão aprovada pela Câmara estabelece multa máxima de R\$ 1 bilhão, mais a indenização para as famílias atingidas.

Os deputados também aprovaram ontem que empresas (como restaurantes) que doarem alimentos prontos só serão responsabilizadas penalmente se quem receber a comida passe mal se ficar comprovada a intenção de causar danos à saúde.

A Câmara também aprovou que beneficiários de programas assistenciais, como o Bolsa Família, e do auxílio emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores informais - são 50 milhões de inscritos - só poderão ser multados por falta de máscaras se o poder público tiver distribuído os equipamentos de proteção gratuitamente. O projeto, na verdade, tinha a intenção de tornar obrigatório o uso das máscaras em locais públicos e no transporte coletivo, mas os deputados decidiram que essa decisão é local e, no fim, atribuíram a responsabilidade a prefeitos e governadores.

Por outro lado, os deputados adiaram de ontem para julho a votação do projeto que cria um tribunal regional federal (TRF) exclusivo para Minas Gerais. O texto tinha o apoio da bancada estadual no Congresso e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o mineiro João Otávio Noronha, que enviou a proposta no fim do ano passado, mas parte dos parlamentares se opôs dizendo que o

momento, em meio a uma pandemia, não era o adequado para mexer na estrutura da Justiça Federal. Outros Estados também cobraram seus próprios TRFs.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Empregado da Usiminas teme cortes em Cubatão

A Usiminas pode demitir cerca de 60% dos funcionários da usina de Cubatão, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista. Na antiga Cosipa, ela emprega cerca de 1,6 mil pessoas e, caso se confirme, a dispensa pode atingir quase mil empregados.

A siderúrgica, no entanto, não confirma esse número. Em nota, a Usiminas informou que desde o início da pandemia de covid-19 vem adotando medidas de adequação ao cenário atual para preservar os empregos e a sustentabilidade dos negócios.

“A empresa prevê a aplicação das MPs [medidas provisórias] editadas pelo governo federal, além de outros ajustes adicionais nos casos em que esses recursos não se mostrarem suficientes para garantir a sobrevivência das unidades, como é o caso da usina de Cubatão”, informou a companhia.

O presidente do Sindicato, Claudinei Rodrigues Gato, disse que a siderúrgica, no início do mês, havia procurado o sindicato para um acordo para redução de jornada e salário. “Foram três reuniões e, na última, a empresa informou a intenção de demitir 60% do efetivo da usina. Levamos o caso ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para tentarmos barrar essas demissões, mas não se chegou a um acordo”, disse.

Segundo ele, as dispensas podem acontecer a qualquer momento, pois a estabilidade dos empregos era até a reunião no MPT, que ocorreu na segunda-feira.

“Em nota a Usiminas justifica as medidas de adequação pela retração do setor siderúrgico que vem sendo impactado pela queda da atividade industrial no Brasil desde o início das medidas de isolamento social para conter a transmissão do novo coronavírus.

“Segundo dados do Instituto Aço Brasil, houve uma queda de 50% no consumo de aço no mês de abril (comparado a março) e o volume de vendas recuou a níveis antes vistos apenas em 1995, 25 anos atrás. O setor automotivo, principal mercado atendido pela Usina de Cubatão, registrou uma brusca retração na produção nacional de veículos, de 99,3% em abril, segundo dados da Anfavea, o pior resultado da série histórica, que teve início em 1957”, informou.

A companhia reiterou, prossegue a nota, que buscou negociar com o sindicato, inclusive as condições para desligamentos necessários, porém, a entidade teria se negado a discutir o tema.

Gato, do sindicato de Cubatão, disse que a Usiminas já havia dado férias coletivas e parou de depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) desde o início da crise. “Os funcionários voltaram ao trabalho nesta semana e temos essa novidade.”

A usina de Cubatão tem apenas a aciaria e laminadores. Em 2015 foram desativados dois altos-fornos mantidos na unidade. Gato informou que este mês a Usiminas deve produzir 70 mil toneladas de laminados e em junho está prevista produção em torno de 60 mil toneladas. “Estamos falando com os empregados para não assinarem a demissão e vamos entrar com liminar para barrar as dispensas.”

Em Ipatinga (MG), onde a Usiminas mantém outra usina, a companhia negocia com o sindicato dos metalúrgicos a suspensão temporária dos contratos de trabalho por dois meses e a redução de jornada e salário. Segundo o presidente do sindicato local, Geraldo Magela Duarte, a empresa também tentou negociar demissões na unidade, mas logo foi descartada essa hipótese. “A proposta que vamos levar para votação, ainda nesta semana, é de redução de salário e suspensão de contrato. Sabemos que não é uma boa opção, mas diante da situação econômica, pode ser a melhor alternativa.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletrobras atende a SEC

A Eletrobras informou que arquivou ontem o relatório anual, conhecido como 20-F, relativo a 2019, no regulador americano do mercado de capitais (SEC). A empresa informou em abril que adiou a publicação, após autorização da autoridade americana, alegando que os cuidados com o novo coronavírus impossibilitaram o departamento de contabilidade de terminar a apresentação no prazo inicialmente estipulado. Na ocasião, a Eletrobras informou que esperava entregar seu relatório anual em, ou próximo a, 11 de maio, ou até 14 de junho, 45 dias a partir do prazo original para entrega (30 de abril), conforme estipulado pela SEC.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/05/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Atvos continua com o destino incerto

A assembleia de ontem da Atvos Agroindustrial, em recuperação judicial com dívida total de R\$ 15 bilhões, será retomada na manhã de hoje, após a maioria dos credores avaliar que era preciso mais tempo para analisar mudanças no plano apresentado pela sucroalcooleira. Paralelamente, perdura a disputa pelo controle da companhia entre a Odebrecht e o fundo americano Lone Star, que garantiu que não reconhecerá o resultado da assembleia.

A Atvos Agroindustrial apresentou dois planos específicos para as Usinas Conquista do Pontal (UCP) e Santa Luzia (USL), como alternativa caso não seja aprovada a consolidação substancial (unificação das recuperações judiciais) das unidades dentro da recuperação do Grupo Atvos. A votação sobre a consolidação também ficou para hoje.

O plano também foi ajustado para prever que, caso uma troca de controle da Atvos não ocorra até 31 de março de 2022 (desconsiderando a disputa atual com o Lone Star), os credores se reunirão para deliberar sobre as condições de pagamento dos credores financeiros que tiverem convertido a parcela de suas dívidas em debêntures da nova controladora (NewCo). O plano prevê que metade da dívida financeira da companhia, de R\$ 12 bilhões, será convertida em debêntures que darão direito aos lucros da Atvos.

No caso da entrada de um novo controlador, a Odebrecht, que terá direito a 10% das debêntures na NewCo, cederia até 5% de seus direitos econômicos. O texto ainda prevê que o grupo renunciará ao direito de preferência dos bônus de subscrição atrelados às debêntures.

Também foram feitas algumas mudanças na redação sobre limites de pagamento a credores sem garantia real, assegurando a manutenção das garantias dos credores com garantia real e extraconcursais.

Ao mesmo tempo, a Odebrecht, através da Atvos Investimentos (que detém o controle da Atvos Agroindustrial), entrou com um requerimento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para suspender a compra do controle da sucroalcooleira pelo Lone Star.

O conglomerado quer que o Cade garanta que o fundo só assinará os livros da Atvos como controladora quando o órgão antitruste der aval à operação feita com o Natixis - que detinha, como agente de garantias, o controle da sucroalcooleira em alienação fiduciária.

O Lone Star, por sua vez, entrou com recurso na 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para suspender a assembleia. O processo está nas mãos do desembargador Alexandre Lazarini.

Na assembleia, o advogado da Lone Star, Ivo Waisberg, disse que a venda de controle da Atvos Agroindustrial prevista no plano esvazia a alienação fiduciária sobre as ações da Atvos Investimentos, que só terá 10% das debêntures da sucroalcooleira. Eduardo Munhoz, que representa a Odebrecht, disse que o grupo não desconhece a alienação fiduciária, mas diverge da forma como foi executada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/05/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO Wagner Gomes / SÃO PAULO

Título: Rever ativos foi 'banho de sangue', diz Petrobrás

Castello Branco, presidente da estatal, explica, porém, que revisão não foi surpresa por conta da forte queda do preço do petróleo

A reavaliação dos ativos da Petrobrás no primeiro trimestre deste ano foi considerado "um banho de sangue" pelo presidente da empresa, Roberto Castello Branco, pela amplitude do reconhecimento de perdas que a estatal decidiu fazer diante do impacto no novo preço do petróleo em projetos da companhia. Ao todo foram reavaliados R\$ 65,3 bilhões, sendo R\$ 57,6 bilhões em campos produtores em águas rasas e profundas, que determinaram o maior prejuízo já registrado na história da Petrobrás para um trimestre: R\$ 48,5 bilhões. Segundo Castello Branco, a revisão de ativos, conhecida no jargão financeiro como impairment, não foi surpresa nem para ele nem para o mercado, pois muitos projetos foram contratados por preços bem maiores no

passado do que os praticados atualmente. “A revisão dos nossos ativos foi um banho de sangue, mas foi necessária”, disse ontem Castello Branco durante videoconferência promovida pelo Banco Safra.

A revisão levou em conta o preço de US\$ 50 o barril de petróleo, diante da cotação em torno de US\$ 70 usada para avaliar esses ativos no ano passado. O preço do petróleo mudou de patamar no início deste ano, com o impacto da retração da demanda por conta da pandemia do novo coronavírus, chegando a ser cotado a menos de US\$ 20 em meados de abril. Nos últimos dias, porém, a ligeira melhora de algumas economias mundiais, principalmente Estados Unidos e China, fizeram a commodity retomar parte do preço, operando acima dos US\$ 30 o barril. O executivo observou que mesmo com a melhora desta semana, ainda é cedo para dizer se a alta veio para ficar. “Vemos a alta do petróleo de forma cautelosa, pode haver uma 2.ª onda (covid-19), a gente não pode eliminar do painel de risco essa possibilidade”, afirmou.

Castello Branco disse no encontro virtual com o banco que a maior preocupação da empresa no momento é proteger seu caixa, e que para isso tem buscado a redução de custos para fazer frente às mudanças que o setor vem enfrentando. Ele afirmou ainda que um dos principais problemas da empresa é o alto endividamento. “Pretendemos continuar a manter, apesar de todas as dificuldades uma colcha de liquidez e evitar a queima de caixa, para chegar (ao fim do ano) com uma dívida de US\$ 87 bilhões. Manter a dívida constante será uma vitória.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/05/2020

Seção: Colunas

Autor: ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, ANNE WARTH, CIRCE BONATELLI, DENISE LUNA E WELLINGTON BAHNEMANN

Título: » No telhado

Coluna do Broadcast

. A Eletrobrás está revendo o Plano Diretor de Negócios e Gestão por conta da pandemia, inclusive o investimento de R\$ 1 bilhão programado para este ano no Plano de Aceleração da Linha Crítica da usina nuclear Angra 3. O aporte é considerado fundamental para manter o cronograma da usina e atrair parceiros ao projeto.

» Motivos. “O plano de aceleração do caminho crítico é de extrema importância para garantir a entrada em operação de Angra 3 em 2026 e, pela participação

da Eletrobrás, reduzir a percepção de risco de investidores e atrair parceiros à conclusão da obra”, disse Guimarães.

» Planos. A revisão do Plano de Negócios da Eletrobrás deve ser concluída em junho, quando Guimarães espera receber sinal verde para começar obras. Entre os projetos, está a construção do edifício de contenção da usina e de montagem eletromecânica com empresas contratadas pela Eletronuclear. A expectativa de início da concretagem e montagem é em outubro de 2021.

» Suspenso. Segundo Guimarães, o estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de modelagem da licitação para atração de um sócio está sendo avaliado pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Prevista para março, a decisão foi adiada pela pandemia, sem data de retomada.

» Salve. A diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Elisa Bastos Silva será a relatora do processo de regulamentação do decreto que detalha a operação bilionária de socorro ao setor elétrico.

» Resultados. Segunda maior geradora privada do País, a CTG Brasil viu seu lucro crescer 36% em 2019, em relação a 2018, alcançando R\$ 1,3 bilhão. No período, a receita chegou a R\$ 4,8 bilhões, com alta de 4,6%. A empresa é dona da maior hidrelétrica do mundo, a usina Três Gargantas, na China, e ampliou em 98% os investimentos no País.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/05/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Ministros pedem a Bolsonaro apoio do centrão a privatização em troca de cargo

Esforço ainda seria forma de reduzir o impacto dos gastos futuros das negociações com o bloco

Brasília- Ministros das áreas econômica, de infraestrutura, de energia e ciência pediram a Jair Bolsonaro nesta terça (19) apoio do chamado centrão à agenda de privatizações e concessões de suas pastas.

Ao longo do dia, Bolsonaro recebeu no Palácio do Planalto Paulo Guedes (Economia), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).

Assessores do governo afirmam que Guedes articula amarrar a troca de cargos por apoio a Bolsonaro no Congresso ao engajamento dos novos aliados à agenda de desestatização.

O esforço ainda seria uma forma de reduzir o impacto dos gastos futuros das negociações com o centrão.

O ministro quer atrair votos de congressistas integrantes de partidos como PL, PP e Republicanos.

Verbas que estavam bloqueadas no Orçamento foram liberadas para o MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional). Essas obras já funcionariam como contrapartida pelo apoio neste momento.

A venda de estatais enfrenta resistência tanto na ala militar do governo quanto no Congresso.

A Eletrobras foi incluída no Plano Nacional de Desestatização há cerca de quatro anos e o processo está congelado até hoje. A estatal sempre foi um reduto de distribuição de cargos em todo o país.

Nas conversas, foram discutidos assuntos diversos relacionados às privatizações.

A mensagem também foi a de reforçar essa política para compensar gastos decorrentes da crise causada pela pandemia. Já foram despendidos mais de R\$ 600 bilhões em programas emergenciais.

No caso de Pontes, o leilão da tecnologia 5G é o que mais chama a atenção. No entanto, há dificuldades para a realização do certame.

Como noticiou a Folha, as operadoras ameaçam não participar do leilão caso Bolsonaro não assine um decreto permitindo a renovação antecipada das licenças em uso (3G e 4G) que vencem a partir de novembro deste ano e se estendem até 2028.

Se tiverem de devolver essas licenças, as teles precisarão de mais dinheiro do que previam gastar na renovação antecipada. Por isso, não terão como fazer lances para o 5G.

Segundo a Anatel, a agência que regula o setor, o novo marco das telecomunicações sancionado em outubro do ano passado prevê essa possibilidade, mas a redação da lei não deixou isso claro.

Caberá ao presidente resolver esse impasse no decreto e ainda não se sabe se essa barreira será derrubada a tempo da realização do certame previsto para novembro deste ano.

Além de outros entraves de natureza técnica para a licitação do 5G, Pontes também discutiu com Guedes e Bolsonaro quais rumos tomar na privatização dos Correios que, a exemplo da Eletrobras, sempre ajudou politicamente na construção de base de apoio no Congresso via cargos.

O que se discute, ainda nos bastidores, seria a viabilidade de uma privatização parcial da estatal. Enquanto isso, cargos de comando poderiam ser destinados ao centrão.

Os leilões de Minas e Energia não sofreram grandes alterações porque estavam previstos, em sua grande maioria, para o segundo semestre.

Nas conversas, Albuquerque disse que foram mantidas as datas dos leilões diante do apetite dos investidores estrangeiros pelas taxas de retorno, consideradas atrativas no momento em que os juros estão negativos em economias mais desenvolvidas.

Embora o Brasil também caminhe para uma situação similar com a redução da taxa básica (Selic), os projetos do setor possuem taxas de retorno previamente definidas, a exemplo do que ocorre com as concessões de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e aeroportos.

Albuquerque e Guedes, no entanto, cobraram maior empenho no convencimento do Congresso na aprovação de projetos como o do Novo Mercado de Gás e o da modernização do setor elétrico. Ambos podem atrair investimentos superiores a R\$ 100 bilhões.

Na semana passada, o chefe da Economia se aproveitou de uma videoconferência com empresários ligados à Fiesp, e afirmou, em nome de Bolsonaro, que haveria empenho do presidente em levar adiante a agenda liberal de privatizações e reformas estruturantes.

Guedes mencionou especificamente a Eletrobras.

Ele afirmou que o presidente tinha lhe garantido que se empenharia pessoalmente no destravamento dessa operação, que, se ocorrer, reforçará o caixa da União com cerca de R\$16 bilhões.

Em outra frente, Tarcísio se encontrou, nesta terça, com o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes, relator das contas referentes à Infraestrutura.

Além de promover uma aproximação com Nardes, Tarcísio foi reforçar a necessidade de se agilizar a avaliação de cada processo de concessão.

A ideia, desde que assumiu o posto, era padronizar os editais, especialmente de rodovias, que concentram a maior parte dos investimentos previstos.

O primeiro projeto, da BR-101 (SC) foi aprovado rapidamente e sem dificuldades no TCU. No entanto, para o empreendimento seguinte, a BR 364-365 (GO/MG), foram solicitados diversos ajustes na modelagem.

Os técnicos do tribunal afirmam que não é possível tratar diversos projetos da mesma forma. Cada um possui sua especificidade.

Muitas vezes nem mesmo a modelagem pode ser a mesma sob pena de que o erário sofra danos.

A expectativa da Infraestrutura com seu cronograma de concessões é atrair R\$ 100 bilhões em investimentos com a rodada de leilões previstos para este ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/05/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Decreto adia até 2021 reajuste de energia; cliente residencial não terá aumento

Brasília- Por causa da pandemia do coronavírus, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vai adiar os reajustes tarifários da energia até o início do próximo ano tanto para grandes consumidores quanto para clientes residenciais.

Cálculos da agência previam um aumento médio de 11,51% neste ano caso o setor não recebesse ajuda do governo.

O socorro chegou na segunda-feira (18), por meio de decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro que prevê ainda a possibilidade de as empresas do setor buscarem empréstimos em bancos públicos e privados para compensarem perdas de receita e alta da inadimplência.

Os custos desses empréstimos serão compartilhados entre as companhias e seus grandes consumidores, como as indústrias. Os clientes residenciais não vão pagar essa conta.

A Aneel decidiu, nesta terça-feira (19), que fará uma regulamentação com as diretrizes dessas operações e proibiu que, futuramente, as empresas, particularmente as distribuidoras, peçam reequilíbrio contratual se sofrerem qualquer tipo de perda decorrente desses empréstimos. No reequilíbrio, os benefícios concedidos passam a ser compartilhados por todos os consumidores, independentemente da categoria.

Segundo o presidente da agência, André Pepitone, o objetivo é cumprir o decreto, que impede o subsídio cruzado. Entre 2014 e 2015, a ex-presidente Dilma Rousseff socorreu as elétricas e houve rateio generalizado desses custos por meio de aumento de tarifas.

Desta vez, o decreto e a Aneel deixaram claro que o consumidor residencial não terá aumento na conta.

O ponto central da ação emergencial do governo é garantir a solvência das distribuidoras, que concentram 80% da arrecadação do setor. No final, depois de repasses para os demais elos da cadeia, o segmento fica com 18% das receitas.

Nas duas últimas semanas, associações vinham pressionando a Aneel por um reequilíbrio contratual para cobrir as perdas sofridas coma crise. Isso poderia gerar aumento nas tarifas.

As empresas reclamam de queda média de 30% no consumo e dados do **Ministério de Minas e Energia** mostram inadimplência de 11,84%, em abril, ante a média mensal do primeiro semestre de 2019 de 3,26%.

Desde meados de março, as perdas geradas pela Covid foram de R\$ 5,4 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões devido à maior inadimplência.

Diante disso, elas pediam que a agência determinasse a renegociação como regra para o setor. No entanto, os integrantes do conselho entenderam que isso seria uma “intervenção”. Por isso, decidiram fazer a recomendação de acordos entre as partes definindo os termos da negociação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/05/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E RAMONA ORDONEZ

Título: Socorro ao setor elétrico

Empréstimo às distribuidoras de energia terá impacto nas contas de luz até 2025

BRASÍLIA E RIO- A crise causada pelo coronavírus vai criar um novo esqueleto para o setor elétrico, com impacto para os consumidores até 2025. O governo publicou, no fim da noite de segunda-feira, decreto que define as regras de um empréstimo bilionário — que pode chegar a R\$ 12 bilhões — para socorrer as distribuidoras de energia, por conta dos efeitos da pandemia.

Os custos serão divididos entre o setor e os consumidores. O financiamento terá impacto nas contas de luz a partir de 2021, quando começará a ser pago. Isso vai se estender por 54 meses até 2025. O custo está sendo avaliado para cada distribuidora e vai depender de como o governo irá implementar a medida.

Além do empréstimo, as empresas poderão pedir a revisão dos contratos em vigor, num processo chamado de reequilíbrio econômico-financeiro. Isso também será avaliado caso a caso, e pode levar a aumentos extraordinários nas contas, altas diluídas nos próximos anos e redução de investimentos.

Fontes do setor avaliam que praticamente todas as distribuidoras vão pedir o reequilíbrio, por conta da forte queda de receita, gerada pela queda no consumo de energia e pelo aumento da inadimplência, reflexos da crise do novo coronavírus. A inadimplência média nas contas de luz em abril chegou a cerca de 13%, contra uma média no primeiro trimestre do ano passado de 3%. Já a redução do consumo de energia está em torno de 18%, de acordo com a Abradee, que reúne as distribuidoras.

O decreto não estipula o valor do empréstimo, que será fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O socorro deve ficar entre R\$ 10 bilhões e 12 bilhões, de acordo com fontes. Isso é menor que o valor previsto anteriormente, de R\$ 17 bilhões.

Segundo fontes do governo, a ajuda vai garantir a manutenção do caixa das empresas e evitar um aumento generalizado na conta neste ano causado pela alta do dólar (que impacta o preço da energia de Itaipu), pela queda na demanda e por reajustes nos contratos das transmissoras de eletricidade. As tarifas da Light (5,98%) e da Enel (2,48%), que atendem o estado do Rio, já sofreram reajuste.

— Vai ser um empréstimo em nome do consumidor. Lá na frente esses aumentos vão entrar na tarifa, e os consumidores vão pagar em 54 meses esses impactos que viriam agora — explica Paulo Pedrosa, da Abrace (associação de grandes consumidores), e ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia.

Alexei Macorin Vivan, diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), diz que é necessário socorrer diretamente as distribuidoras porque elas arrecadam os recursos que sustentam todo setor elétrico: — Não tem como não conceder o empréstimo, porque, se uma distribuidora quebra, é um prejuízo gigantesco para todo o setor elétrico. Ela fornece a energia e arrecada todos os encargos e tributos. Se a distribuidora tiver problema de caixa, as transmissoras e geradoras terão problemas de caixa.

‘CONTA-COVID’

Cada distribuidora receberá uma parcela diferente do empréstimo. Por isso, ainda não é possível calcular o impacto na conta de luz. Isto também vai depender de outras medidas que o governo ainda deve tomar para evitar que a tarifa suba demais. Todas as receitas e despesas serão contabilizadas num só fundo, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O governo estuda, por exemplo, descarimbar receitas do setor para irrigar esse fundo. Também podem ser incorporados saldos disponíveis nas contas de encargos e fundos setoriais.

O texto prevê que os valores das operações vão compor a “Conta-Covid”, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O BNDES vai coordenar a operação junto a um pool de bancos. Taxas estão em negociação e devem ficar em torno de CDI mais 2% a 2,5%.

O presidente da Abradee, Marcos Madureira, diz que, na realidade, o financiamento antecipará receitas que as distribuidoras teriam direito a receber, e os consumidores pagarão parte no próximo ano: — Não são novos reajustes, mas aqueles que as empresas já tiveram ou terão necessariamente nos próximos meses, em função de atos que já estavam previstos, como o aumento dos custos da energia de Itaipu, em função do aumento do dólar, e o aumento de encargos já aprovados. Com o financiamento, esses valores não serão pagos pelos consumidores agora, mas a partir do próximo ano.

É a segunda vez que o governo recorre a um empréstimo para socorrer o setor elétrico. O primeiro caso foi em 2014, por conta da falta de chuvas. Naquela ocasião, tudo foi pago pelo consumidor, criando um tarifaço a partir de 2015.

Para receber recursos do empréstimo, as distribuidoras terão que atender algumas condições, como não suspender ou reduzir os contratos de compra e venda de energia elétrica. Elas também não poderão distribuir dividendos acima do mínimo legal de 25% caso fiquem inadimplentes com obrigações do setor.

Para Lavinia Hollanda, diretora executiva da consultoria Escopo Energia, o socorro anunciado pelo governo resolve o problema das distribuidoras até o fim deste ano, mas, para 2021, tudo vai depender de quanto tempo vai durar a pandemia e seus efeitos na economia: — A gente não sabe quantos negócios vão voltar depois a funcionar.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, ressalta que as distribuidoras estão sendo afetadas por um fator que não têm o menor controle, que é a pandemia, e ao mesmo tempo têm contratos a cumprir.

— Vai ter um impacto sobre a tarifa, mas não será nada expressivo. A taxa de juros no Brasil caiu muito.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A poluição continua caindo

Por causa da Covid-19, há uma queda estimada do consumo de energia de 6% no mundo em 2020. Será a maior queda nos últimos 70 anos, sete vezes maior do que a da crise de 2008. A boa notícia é que as emissões de CO2 caíram 8%, para níveis similares aos de 10 anos atrás.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/05/2020

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: leilões de transporte estão mantidos

Avaliação do governo é que crise econômica causada pela pandemia da Covid-19 não vai afetar a atratividade das licitações

O governo federal decidiu manter o calendário dos leilões de portos, aeroportos e rodovias previstos para este ano, mesmo diante dos efeitos da pandemia do coronavírus. A avaliação do Ministério da Infraestrutura é que a crise econômica causada pela Covid-19 não vai afetar a atratividade para os ativos nem o cronograma das licitações. A manutenção dos leilões pode garantir cerca de R\$ 24 bilhões em investimentos privados no país, nos próximos anos.

A decisão é diferente de medidas tomadas para outros setores também afetados pela crise. Os leilões para exploração de óleo e gás e para geração e transmissão de energia elétrica foram suspensos pelo governo. No primeiro caso, por conta da alta volatilidade do preço do petróleo, que atingiu baixas históricas nas últimas semanas.

No caso da eletricidade, houve uma forte queda na carga, que também afetou o planejamento do setor. Já para os casos do transporte, a avaliação é que a queda na demanda registrada agora é passageira e não vai afetar os leilões. O movimento dos aeroportos caiu mais de 90% e o das rodovias, mais de 40%.

— São ativos de 30 anos, de longo prazo. A gente vê os investidores interessados. Muitos concorrentes nossos, com a Índia, tiraram os projetos da praça. A gente não vislumbra fuga de investidores — adianta a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa.

Apesar de manter os leilões de aeroportos, o governo vai revisar a demanda prevista para estes ativos e adaptar o projeto à nova realidade. Projeções da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA) apontam que o movimento do aeroportos só vai voltar ao nível pré-crise em 2022. Isso precisará ser levado para os leilões, com novos valores de outorga ou investimentos menores no curto prazo.

AEROPORTOS EM 3 BLOCOS

O governo quer fazer neste ano leilão de três blocos de aeroportos: Sul, puxado por Curitiba e outros terminais do Paraná e do Rio Grande do Sul; Norte, com Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista; e o bloco Central, com Goiânia, São Luís e Teresina.

— Não suspendemos nenhum dos nossos leilões e entendemos que o coronavírus vai impactar muito pouco o nosso cronograma — diz a secretária.

No caso das rodovias, a avaliação é que as estradas que irão a leilão são muito focadas no transporte da produção agrícola, que não foi impactada pela crise. O governo prevê leiloar neste ano a BR-163, entre Sinop (Mato Grosso) e Miritituba (Pará), e a BR-153, entre Anápolis (Goiás) e Aliança do Tocantins.

—Tudo que é agro não tem demanda impactada. Como a nossa logística é muito voltada para o agro, a gente não visualiza grandes impactos — comenta Natália.

Claudio Frischtak, da Inter.B Consultoria, avalia que os investidores de infraestrutura são voltados para o longo prazo e procuram construir uma carteira de

ativos, o que favorece os leilões. Mas o governo precisa dar condições menos adversas e com menos riscos para os investidores, principalmente financeiros, entrarem nos negócios, defende ele: — É preciso fazer as coisas mais amigáveis para investidores financeiros, que têm perspectivas de médio e longo prazos. No Brasil, estamos com excesso de demanda de investimentos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/05/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Socorro chega ao setor elétrico

A ajuda ao setor elétrico deve adiar a necessidade de reajuste nas tarifas de energia. Na noite da segunda-feira, o governo publicou decreto que regulamenta a Medida Provisória 950/2020, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). O socorro pode chegar a R\$ 14 bilhões para evitar um rombo no caixa das distribuidoras, uma vez que a inadimplência saltou de 3% para 12%, depois que a MP isentou os consumidores de baixa renda de pagarem a conta de luz durante a pandemia e permitiu atraso sem corte. As concessionárias também tiveram perda de receita com a queda na demanda por eletricidade.

O objetivo do Decreto 10.350 é diminuir os efeitos da crise sobre o setor como um todo, explicou Mario Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase). Conforme disse, a regulamentação sinaliza uma divisão de responsabilidades, diferentemente das ajudas anteriores às distribuidoras, quando toda a conta recaía sobre os consumidores.

Apesar de o governo não ter divulgado o valor dos empréstimos, que serão capitaneados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto ao sindicato dos bancos, Menel estima algo em torno de R\$ 14 bilhões. “A necessidade é bilionária. O faturamento do setor é de R\$ 240 bilhões por ano e há uma inadimplência que chega a 12% e queda de carga de 15%”, explicou.

Segundo Menel, está para sair uma nova medida provisória para dar um comando legal de uso dos fundos setoriais, como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Proinfra e de eficiência energética, para abater a conta a ser paga pelas empresas e pelos consumidores.

Liquidez

No entender de Marcos Madureira, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), grande parte remete à Aneel regulações, possibilita a criação da conta-covid para cobrir a redução de

mercado de 18% e o aumento da inadimplência. “O decreto tem um efeito diferente: usa ativos que já estão dentro das distribuidoras. Ou seja, tomam-se esses valores, antecipando que serão pagos pelo consumidor no próximo ano”, explicou.

Para Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira das Geradoras de Energia Limpa (Abragel), o decreto é uma medida fundamental para todo o setor. “A Abragel sempre apoiou a ideia de uma injeção de liquidez no caixa das distribuidoras tendo em vista seu papel estrutural. O decreto também fortalece as premissas de respeito aos contratos”, opinou.

Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABCE), disse que vê com bons olhos o decreto. “As distribuidoras tiveram brusca redução do seu mercado consumidor. Mas a situação extrema e fora de parâmetros autoriza a adoção dessa medida. Foi uma forma de os bancos se sentirem confortáveis em dar empréstimos às distribuidoras”, analisou.

» Preço do diesel tem reajuste de 8%

O preço do diesel nas refinarias está mais caro 8% desde ontem. Representa mais R\$ 0,1039 por litro do combustível, conforme cálculos da Petrobras, que anunciou o reajuste na segunda-feira. A subida vem menos de uma semana depois de a estatal elevar a gasolina em 12%. O diesel marítimo será elevado em 8,4% e, para as térmicas, será de 8,2% (diesel S500) e 8,6% (diesel S10, menos poluente). Os novos preços vêm depois da negativa do pedido dos caminhoneiros para congelar o gatilho do diesel para cálculo do piso mínimo do transporte rodoviário. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve reajustar para baixo os valores da tabela do frete mínimo. Isso porque as regras estabelecem a revisão do piso quando a oscilação no preço do diesel atingir 10%, para cima ou para baixo.

Castello: crise do petróleo é a pior em 100 anos

A indústria do petróleo está passando pela maior crise dos últimos 100 anos, com queda na demanda e nos preços internacionais, e o cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) não funciona, senão teria evitado o colapso do setor em 2014. As afirmações são do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que participou, ontem, de uma videoconferência ao vivo promovida pelo Banco Safra. “Com respeito a Arábia Saudita, sou cético sobre o poder do cartel. Há evidência empírica que isso é ilusório. A maior das evidências foi a guerra de preços com a Rússia”, destacou.

Segundo Castello Branco, ao longo da história da Opep, não houve punição nem compliance. “O grupo não cumpre as metas estabelecidas. A própria Arábia Saudita, após a covid-19, e após o acordo com a Opep+ (o cartel mais alguns produtores aliados), estava vendendo petróleo com desconto”, observou. O comentário foi feito como análise da drástica redução nos preços do produto, que estava sendo provocada pelo cartel antes mesmo da queda brusca na demanda com a chegada da pandemia.

Segundo Castello Branco, a Petrobras ainda tem “sequelas do assalto de que foi vítima”. E, por isso, tem que apostar nos ativos que podem render o máximo retorno. “Existem outros operadores que conseguem extrair performance melhor em alguns ativos Temos um plano de desinvestimento grande, que estamos executando desde o ano passado. Nada mudou, apesar das dificuldades da grave recessão global”, ressaltou.

O presidente da estatal repetiu o que tinha comentado durante o anúncio do prejuízo de R\$ 48,5 bilhões da Petrobras no primeiro trimestre de 2020. “Acreditamos que haverá recuperação da economia mundial, mas será lenta, assim como a recuperação da indústria do petróleo. Temos que nos preparar para preços mais baixos”, reformou. As projeções da estatal começam em US\$ 25 este ano, reagindo lentamente até se acomodar em US\$ 50, em 2025. “O capital está mais escasso e temos que aprovar apenas os projetos que resistam a isso”, acrescentou.

Sobre o prejuízo bilionário da companhia, bem absorvido pelo mercado, Castello Branco afirmou que não houve surpresa nenhuma. “A baixa de ativos foi de US\$ 13,2 bilhões. Temos que trabalhar com a realidade. Não queremos trazer informações falsas para o investidor. Não tínhamos obrigação de fazer isso agora, mas o mercado entendeu e valorizou isso”, explicou. (SK)

MME / ASCOM .